

## EDITORIAL

Os professores da área de Ciência Política, da UFCG, buscando contribuir com a consolidação da área, dá início à publicação da Revista Estudos de Política. Esta iniciativa é fruto de um longo processo de reflexão, no sentido de criar espaço para o debate acadêmico que tenha como objeto os fenômenos da política, sendo estes analisados à luz das teorias produzidas pela Ciência Política e dotados de sofisticação metodológica.

A concretização dessa revista só foi possível graças ao apoio institucional dado pela UFCG, como também ao conjunto de atores envolvidos no processo editorial, com destaque para os autores que acreditaram na Revista, aos avaliadores, os quais, mesmo dispendendo de pouco tempo, não se furtaram em contribuir, bem como os revisores e editores de layout, sem os quais o processo não teria sido possível. A todos, somos imensamente gratos.

Os artigos contidos nesse primeiro número da Revista Estudos de Política abrangem um conjunto de temas relevantes para Ciência Política, tais como, sistema de governo, representação, teoria e a accountability democrática, federalismo e processos de descentralização, políticas públicas, bem como o poder judiciário, em especial, a Suprema Corte brasileira.

Os três primeiros artigos se inserem no debate sobre teoria democrática, discutindo sua natureza, bem como variáveis que contribuem para seu fortalecimento. Destacam-se os mecanismos de controle como instrumento essencial para garantia da representatividade e a qualidade da democracia. Discute-se a teoria democrática desenvolvida por Bobbio e as dificuldades existentes nos regimes democráticos contemporâneos, apontadas pelo autor.

Em seguida, os textos 4, 5 e 6 apresentam um debate sobre federalismo e processo de descentralização política. Relaciona-se gasto público em nível municipal e seus efeitos para o desenvolvimento econômico. Analisa-se o comportamento fiscal de entes estaduais em períodos eleitorais e sua relação com déficit fiscal. Inovações institucionais ocorridas no Uruguai são discutidas, em especial, as que instituíram o ente municipal, sendo esta uma experiência inovadora para este país.

No artigo 7 apresenta-se padrões de julgamento do Supremo Tribunal Federal envolvendo pedidos de habeas corpus, os quais, em sua maioria, fundamentam-se no princípio da presunção de não culpabilidade e deficiência de fundamentação da decretação da prisão cautelar.

O artigo subsequente tem como objeto o debate suscitado por Maquiavel sobre a concepção moderna de política e a verdade efetiva das coisas. O último artigo apresenta uma reflexão que envolve políticas públicas municipais e seus mecanismos de financiamento.

Por último, a Revista traz uma resenha que tem como objeto o livro da historiadora Lynn Hunt, A invenção dos direitos humanos: uma história, a qual questiona como a concepção de igualdade de direitos tornou-se uma verdade autoevidente em espaços sociais não esperados.

**Clóvis Alberto Vieira Melo**  
Editor da Revista Estudos de Política